



RURAL
SUSTENTÁVEL

INFORMATIVO 5

TECNOLOGIAS DE BAIXO CARBONO
MANEJO SUSTENTÁVEL DE FLORESTAS NATIVAS



O projeto

Na perspectiva de colaborar com o esforço brasileiro de redução de emissões de Gases de Efeito de Estufa (GEE), o Governo do Reino Unido associa-se ao Brasil, por meio de uma Cooperação Técnica. Esta Cooperação Técnica é implementada através do Projeto Rural Sustentável.

Um dos principais objetivos do Projeto é melhorar as práticas de uso da terra e manejo florestal utilizadas pelos(as) produtores(as) rurais dos biomas Amazônia e Mata Atlântica para promover o desenvolvimento rural sustentável, reduzir a pobreza, incentivar a conservação da biodiversidade e promover a proteção do clima.

Adicionalmente, outro objetivo é facilitar o acesso dos pequenos(as) e médios(as) produtores(as) rurais ao Crédito Rural, destinados a investimentos em tecnologias agrossilvipastoris de baixa emissão de carbono e conservadoras do meio ambiente. As tecnologias de agricultura de baixo carbono apoiadas pelo Projeto Rural Sustentável são:

- Recuperação de Áreas Degradadas – RAD com Pastagem ou Florestas;
- Integração Lavoura-Pecuária-Florestas – iLPF, incluindo Sistemas AgroFlorestais – SAFs;
- Plantio de Florestas Comerciais;
- Manejo Sustentável de Florestas Nativas.

Autoras:

VILAR, M. e CARVALHEIRO, K.



Foto: M. Vilar/BID

MANEJO SUSTENTÁVEL DAS FLORESTAS NATIVAS

As florestas são importantes para os produtores e produtoras rurais e para a sociedade por razões ambientais, econômicas, sociais e culturais. A atividade de MANEJO SUSTENTÁVEL DE FLORESTAS NATIVAS é considerada uma tecnologia de baixo carbono pelo grande acúmulo de carbono na vegetação e nos solos. Além de gerar renda e emprego, promove a manutenção dos ecossistemas naturais e a conservação dos biomas brasileiros.

Florestas nativas ou fragmentos de vegetação primária florestal são áreas que não sofreram degradação completa pela atividade humana, ou desastres ambientais, que continuam conservadas e que podem trazer benefícios econômicos para os produtores, com condições ambientais plenamente suportáveis quando exploradas por manejo florestal sustentável para produção de produtos madeireiros, não madeireiros ou para usos múltiplos. Devem ocupar uma área mínima de 1,0 hectare e ter cobertura de copa superior a 30%, contendo árvores com o potencial de atingir uma altura mínima de 5 metros no estágio de maturidade no local.

CONCEITO DE MANEJO SUSTENTÁVEL

Segundo a Lei de Gestão de Florestas Públicas, o manejo sustentável de florestas nativas é a administração da floresta para a obtenção de benefícios econômicos, sociais e ambientais, respeitando-se os mecanismos de sustentação do ecossistema objeto do manejo e considerando-se, cumulativa ou alternativamente, a utilização de múltiplas espécies madeireiras, de múltiplos produtos e subprodutos não-madeireiros, bem como a utilização de outros bens e serviços de natureza florestal”.

Devido à complexidade do manejo florestal, não pode se falar em “manejo” se não se adotar os princípios da gestão. A gestão sustentável tem como base o planejamento, nas etapas pré-exploratória, exploratória e pós-exploratória. O planejamento deve estar embasado em processos dinâmicos de diagnósticos que inclui um inventário da floresta, análise, implementação e monitoramento, atualizando e ajustando as decisões e ações ao longo do tempo.

BENEFÍCIOS DO MANEJO FLORESTAL

Ao planejar o quê/como/quanto/quando utilizar os bens da floresta, o(a) produtor(a) está investindo em uma atividade que pode lhe trazer uma série de BENEFÍCIOS ECONÔMICOS, que vão desde os produtos madeireiros e seus subprodutos, aos produtos não madeireiros, como frutos, cipós, cascas, entre outros, além do turismo ecológico e das oportunidades com o crescente mercado do carbono. Os BENEFÍCIOS ECOLÓGICOS também são muito importantes, pois o manejo florestal garante abrigos para flora e fauna silvestres, protegendo o solo, rios e nascentes, contribuindo com a qualidade do ar e do clima.

O Manejo Florestal Comunitário tem uma potencialização dos benefícios econômicos em função da distribuição das despesas entre o conjunto de produtores e a soma dos recursos florestais, contribuindo com o aumento do crédito, a potencialização da participação no mercado dos produtos florestais e a geração de emprego e renda ao nível local.



Foto: Kátia Cavalheiro/BID

Além disso, os ganhos com o manejo geralmente são aplicados na melhoria da infraestrutura das comunidades, assim trazendo grandes **BENEFÍCIOS SOCIAIS**.

GESTÃO SUSTENTÁVEL DA PROPRIEDADE

Os tipos de manejo florestal a serem adotados variam conforme o tipo e riqueza da floresta, onde esta se localiza (propriedade particular, áreas de conservação, projetos de assentamento, etc), normas ambientais que a regulam, disponibilidade dos proprietários, mercado, entre outros fatores.

De forma geral, os principais tipos de manejo florestal são:

- Manejo Florestal Madeireiro de Baixo Impacto;
- Manejo de Produtos Florestais Não Madeireiros;
- Manejo Florestal de Uso Múltiplo;
- Manejo Florestal Comunitário;
- Manejo Florestal Empresarial.



Foto: Kátia Cavalheiro/BID



MANEJO FLORESTAL MADEIREIRO DE BAIXO IMPACTO

O Manejo de Baixo Impacto é aquele em que a exploração é feita dentro do enfoque racional e o impacto é mínimo por utilizar boas práticas de produção e as técnicas de extração disponíveis, reduzindo desta forma os danos às florestas remanescentes, o desgaste do solo por erosão, protegendo a qualidade da água, atenuando os riscos de incêndios e, por fim, ajudando a manter a regeneração e proteção da diversidade biológica. Exemplos de boas práticas são o inventário 100%, implantação de Parcelas Permanentes, corte de cipós, planejamento de estradas, derrubada direcionada, entre outros.

Foto: Kátia Cavaleiro/BID



MANEJO DE PRODUTOS FLORESTAIS NÃO MADEIREIROS

O Manejo de Produtos Florestais Não Madeireiro (PFNM) abrange uma infinidade de variações, tão variado quanto a flora nativa brasileira. Este manejo tem por finalidade o uso sustentável da floresta para obtenção de produtos como castanhas, plantas medicinais, sementes, óleos, resinas, cipós, etc. Estas práticas de manejo também podem incluir o turismo e a promoção dos serviços ecossistêmicos.

MANEJO FLORESTAL DE USO MÚLTIPLO

O Manejo de Florestal de Uso Múltiplo combina dois ou mais objetivos, como a produção da madeira e/ou seus subprodutos, e o manejo de Produtos Florestais Não Madeireiros – PFNM, a conservação da fauna e flora silvestres, a proteção contra erosão e inundações, a proteção de fontes d' água, conservação para regularização ambiental, recreação e turismo ecológico.

MANEJO FLORESTAL COMUNITÁRIO E EMPRESARIAL

Estes dois tipos não diferem em termos técnicos, mas quanto à categoria de proprietários gestores da atividade. No manejo comunitário, a gestão é realizada por um grupo de pequenos produtores organizados em um fim comum, através de uma cooperativa ou associação, manejando uma área sobre a qual possuem o direito de uso. No manejo empresarial, a gestão se dá por um grande proprietário ou empresa.



Foto: Kátia Cavalheiro/BID





Foto: Kátia Cavalheiro/BID

REGULAMENTAÇÕES ESPECÍFICAS

O Manejo Sustentável de Florestas Nativas com fins madeireiros é uma atividade com regulamentação muito complexa e que demanda equipe bem formada, experiente, que atue com planejamento e ações específicas para obter seu licenciamento e sucesso no alcance dos objetivos produtivos e comerciais. O Novo Código Florestal apresenta um capítulo que trata especificamente da exploração florestal, onde se determina o licenciamento pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente, que com a descentralização das ações de licenciamento tem sido transferido para os estados e municípios.

O manejo madeireiro exige a contratação de um engenheiro florestal que elabore e aprobe uma série de documentos junto aos órgãos ambientais. O primeiro é o Plano de Manejo Florestal Sustentável, contendo uma

descrição das características físicas e biológicas da área a ser manejada e das técnicas que serão adotadas no manejo para condução, exploração, reposição florestal e manejo, descrevendo as estradas, pátios, alojamentos, cuidados com segurança, etc.

O documento básico para qualquer Plano de Manejo, mesmo que os objetivos produtivos sejam não-madeireiros, é o INVENTÁRIO FLORESTAL. O Inventário Florestal consiste num estudo detalhado da área de floresta que se pretende manejar. Neste estudo são levantadas informações quantitativas e qualitativas sobre as condições da flora e da fauna, com maior aprofundamento sobre as espécies que se vai manejar. Com base no estudo são produzidos mapas, com destaque para a localização dos indivíduos a serem manejados, dos recursos hídricos e Áreas de Preservação Permanente, de relevo, da localização de espécies protegidas por lei, como a castanha do Brasil ou o pinheiro do Paraná, e várias outras informações, conforme os objetivos do manejo e a realidade local.

São isentos de submissão e aprovação de um PMFS os casos de:

- I. retirada de florestas e vegetações secundárias para uso alternativo do solo, localizadas fora das Áreas de Preservação Permanente e de Reserva Legal; neste caso será requerida uma autorização de desmatamento;
- II. manejo e a exploração de florestas plantadas localizadas fora das Áreas de Preservação Permanente (APP) e de Reserva Legal (RL);
- III. exploração florestal sem fins comerciais, com uso da madeira e outros produtos florestais para consumo e uso nas propriedades de pequenos produtores rurais e populações tradicionais.

CONSIDERAÇÕES SOBRE SEGURANÇA NO MANEJO FLORESTAL MADEIREIRO

O empreendimento florestal deve possuir responsáveis pela gestão da saúde e segurança do trabalho, e seguir os padrões estabelecidos pela Norma Regulamentadora nº 31, que regulamenta a Segurança e Saúde no Trabalho na Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Exploração Florestal e Aquicultura. O proprietário da área deve dotar as pessoas que executam o manejo florestal de todos os Equipamentos de Proteção Individual - EPI e Equipamentos de Proteção Coletiva - EPCs. Deve-se avaliar as necessidades de alojamentos, estrutura para sanitários, refeitórios e depósito de alimentos, qualidade da água utilizada para consumo, descarte de resíduos sólidos (o chamada “lixo”), estrutura para primeiros socorros, depósito de ferramentas, substâncias tóxicas e material combustível e inflamável.

Foto: Kátia Cavalheiro/BID



**Contribuindo para o desenvolvimento rural sustentável
com redução da pobreza, conservação da biodiversidade
e mitigação das causas e efeitos das mudanças climáticas.**

www.ruralsustentavel.org

Implementação:



Realização:



**MINISTÉRIO DA
AGRICULTURA, PECUÁRIA
E ABASTECIMENTO**

**GOVERNO
FEDERAL**